

IMPACTOS DA ESCASSEZ DE ÁGUA NA EVASÃO DE ASSENTADOS RURAIS: ANÁLISE DO P.A. JOSÉ ANTÔNIO EUFROUZINO-PB.

Autor: Clodoaldo Brandão Costa Júnior

Universidade Federal da Paraíba-UFPB, cbcj13@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se trata de uma pesquisa em andamento desdobrada a partir do levantamento de dados investigativos de tese em desenvolvimento no âmbito do doutorado em Geografia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB; que busca analisar a alta evasão de assentados no PA José Antônio Eufrouzino-PB, correlacionando-o a um processo de ‘expulsão de assentados’ no contexto da política brasileira de contrarreforma agrária adotada pelos sucessivos governos, avaliando o Estado como principal agente da expulsão destes camponeses, e pondo a questão da água como elemento fundamental para a permanência do assentado.

Este é um ponto de referência para início do debate sob o foco de uma dinâmica díspar, um olhar pouco utilizado mas que tem ganhado força nos estudos do campo brasileiro, dado pela introdução do conceito de ‘expulsão de assentados’, neste caso em particular, nos assentamentos do semiárido paraibano, tomando como referência o PA José Antônio Eufrouzino, e trazendo a discussão da água para o cerne do debate.

Portanto, temos como objetivo principal, analisar a alta evasão de assentados do PA José Antônio Eufrouzino correlacionando-o com a insegurança hídrica. Assim, como especificamente, investigar as formas de convivência/resistência dos camponeses diante da crise hídrica; verificar a existência ou planejamento de ações de convivência/desenvolvimento com o semiárido aplicadas no PA José Antônio Eufrouzino; ampliar a discussão sobre a contrarreforma agrária e como ela impacta diretamente ao PA José Antônio Eufrouzino.

O Projeto de Assentamento José Antônio Eufrouzino está localizado na zona rural de Campina Grande-PB, no perímetro da região semiárida, tendo a caatinga como bioma modelador da sua vegetação e fauna, convivendo com prolongados períodos de estiagem e escassez de chuvas. Além das altas temperaturas, são também atores deste cenário natural a intensa insolação e um

(83) 3322.3222

contato@aguanosemiarido.com.br

www.aguanosemiarido.com.br



irregular regime de chuvas com concentração das precipitações num breve período. Os baixos índices pluviométricos que afetam a região incentivam famílias do assentamento a praticarem a atividade pecuarista em coexistência com a produção agrícola.

Criado no ano de 2001, possui atualmente 101 famílias assentadas em uma área de aproximadamente 3.500 ha, estando entre os dez maiores assentamentos rurais da Paraíba e podendo ser considerado um dos mais importantes do território da Borborema.

Desde a sua criação, o assentamento contou com diferentes assessorias que advinham do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba – FETAG, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande e do próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Nos últimos anos, por um período, passou a contar com a assistência da Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Autopromoção – COONAP.

Entretanto, um fato que marca o PA José Antônio Eufrouzino é o reduzido número de famílias remanescentes da primeira ocupação morando ainda no assentamento, segundo diagnósticos da COONAP. Embora os dados oficiais do INCRA apresentem o assentamento com a capacidade máxima de famílias já preenchida, a grande maioria destas que lá residem não atuaram na luta inicial, e apenas tiveram acesso após a saída das famílias que participaram do processo de ocupação à oficialização do assentamento. O alto percentual de famílias terem migrado do PA José Antônio Eufrouzino atesta a perspectiva do seu caráter sintomático e não mera eventualidade.

Partindo-se então para uma investigação prévia acerca das condições gerais do PA José Antônio Eufrouzino, constata-se facilmente que apresenta uma precária infraestrutura básica. Detectam-se problemas de saneamento básico como o uso maciço de fossa negra, dificuldades nas estradas de acesso, no fornecimento satisfatório de energia elétrica, dificuldades na produção agrícola e escoamento desta, precariedade tanto no acesso à saúde quanto na educação, entre ainda outras deficiências além da que acreditamos ser a principal delas que é a precariedade no abastecimento e suprimento hídrico para o conjunto das necessidades dos camponeses ali assentados, embora já se tenham passados 16 anos desde a homologação do assentamento.

Esta forte evasão do PA José Antônio Eufrouzino apresenta uma contradição intrigante: o assentado que após atravessar todas as etapas da luta pela conquista da terra, ao consegui-la a abandona por escolha própria, ou forças motrizes atuam na desistência da vida no assentamento



rural pelo qual lutou para se estabelecer? O quanto a escassez hídrica é propulsora de um movimento de migração compulsória que se observa nos assentamentos rurais do semiárido paraibano, e particularmente no José Antônio Eufrouzino?

É logicamente compreensível que existem variados motivos para desistência ou impossibilidades de permanência no PA José Antônio Eufrouzino, porém defendemos a tese de que o Estado ao negligenciar políticas efetivas de suficiente acesso e utilização de água, tem agido como o principal promotor da expulsão de seus assentados, que são vitimizados pelo modelo de contrarreforma vigente no Brasil.

Uma das formas em que esta política atinge diretamente os assentados, está na própria realidade de abandono e/ou desprovidimentos por parte do poder público na qual se configura o PA José Antônio Eufrouzino, onde a falta de condições satisfatórias e seguras de moradia e produção (e aqui está inclusa a segurança hídrica) tendem a provocar a saída do camponês assentado. Nesta análise podemos utilizar Claudemir Martins Cosme, quando coloca que:

Não que o Estado esteja ausente ao longo da história da questão agrária brasileira no tocante ao envolvimento em conflitos por terra, conseqüentemente, promovendo a expulsão de camponeses. Entretanto, o caso aqui é emblemático, haja vista o mesmo Estado que é responsável em criar o assentamento e assentar os camponeses é o mesmo que expulsa-os ao abandoná-los à própria sorte, inviabilizando qualquer possibilidade de permanência de parte considerável destes sujeitos na terra. (COSME, 2015, p. 264)

É importante saber que este quadro de precariedade no assentamento José Antônio Eufrouzino está longe de ser uma exceção, visto que, encontramos em diversos outros assentamentos rurais no estado da Paraíba a mesma situação, e conseqüente evasão e alta rotatividade de assentados. Porém, percebe-se historicamente que as ações governamentais para assentamentos no semiárido são meras pontualidades e não encorpam um projeto político maior de desenvolvimento territorial, onde esteja incluso a intencionalidade da promoção da segurança hídrica.

Na análise da política fundiária aplicada pelo governo federal, percebe-se que “como a ação fundiária do Estado brasileiro tem se limitado a dar respostas pontuais à luta dos trabalhadores, ela é mais presente nas áreas onde os conflitos são mais agudos, conseqüentemente, onde a pressão dos



movimentos sociais e dos trabalhadores organizados é mais incisiva (MOREIRA e TARGINO, 2012, p.164). Sem conflitos graves, sem olhar do governo.

O vagaroso processo de implementação de ações estruturantes que se observa no PA José Antônio Eufrouzino, remonta à uma análise mais profunda do desconexo entre as propostas governamentais de assentamento e a sua própria execução. E se torna mais contraditório ainda quando se percebe que, como afirmam MOREIRA, IENO NETO e TARGINO (2000, p.45), “o modelo adotado pelo governo brasileiro para a implementação da política de reforma agrária tem, nos Projetos de Assentamentos, o seu elemento estruturador fundamental.”

Verificando, então, a debilidade do PA José Antônio Eufrouzino, seus altos índices de evasão e rotatividade, como também, a mínima ou nula participação do poder público na sua materialização, é possível pontuar distâncias que existem entre o discurso governista de criação de assentamentos rurais e suas ações, ou em outras palavras, analisar a reforma que se diz fazer e suas consequências.

Não há como se pensar em reforma agrária sem a estruturação e viabilização do assentamento rural, sendo este um direito do assentado que paga ao INCRA pela terra recebida e pelos créditos contratados. A falta de infraestrutura juntamente com a negação do acesso à água corrói as condições de moradia e de produção familiar, inviabilizando todo o projeto de assentamento rural, na medida que não permite o seu desenvolvimento, impossibilitando o processo produtivo e relegando as famílias beneficiadas as condições de difícil manutenção no assentamento, como no caso do PA José Antônio Eufrouzino. Esta realidade fatalmente culmina com a sistemática saída do camponês do assentamento e a elevada taxa de rotatividade de famílias no mesmo.

Portanto, a realização deste estudo sobre a alta rotatividade de assentados no PA José Antônio Eufrouzino, na análise do Estado como protagonista desta expulsão, e trazendo a questão da água para o centro do debate, busca servir como voz ativa de um discurso que apresenta a saída do assentado não como um movimento voluntário, mas como vítima de um processo de contrarreforma em curso no Brasil. É necessário, para isto, a compreensão que o grito vindo do campo, em suma, possui um timbre de séculos de lutas e contraposição a uma configuração contínua de injustiça social, de um problema fundiário permanente e que consecutivamente penaliza grande parcela da população rural.

METODOLOGIA

Serão utilizados parâmetros qualitativos e também quantitativos para o alcance de resultados mais precisos no desenvolvimento da investigação proposta neste trabalho e obtenção de êxito nos objetivos predeterminados.

Percebe-se, a princípio, a necessidade de realizar um estudo histórico do assentamento, investigando desde sua ocupação até sua consolidação como assentamento oficial. Para isto, se buscará realizar análise documental junto ao INCRA, prefeitura, secretaria de agricultura, judiciário, publicações oficiais, entrevistas com moradores mais antigos e caderno de campo. Em seguida, pretende-se diagnosticar minuciosamente quais as reais condições estruturais básicas e produtivas do assentamento.

De posse desta análise, pode-se realizar um quadro comparativo do Cronograma de Implantação das Ações do PA José Antônio Eufrouzino-PB, com as intervenções estruturantes e de fomento produtivo já realizadas. Este levantamento deve fornecer os primeiros desajustes entre o que fora planejado e o já executado. Para isto, pretende-se realizar pesquisa documental junto ao INCRA, as associações do assentamento, prefeitura, secretarias de agricultura, e entrevistas diretas com os moradores assentados; buscando inclusive, estabelecer uma cronologia das ações já efetuadas no PA.

Para investigar o quantitativo e as causas do forte êxodo do PA José Antônio Eufrouzino-PB, pretende-se averiguar junto ao INCRA, através de análise documental, os números correspondentes de famílias que deixaram o assentamento. A investigação também deve contar com conversas com os assentados mais antigos e representantes das associações do assentamento, entrevistas semi-estruturadas, participante e caderno de campo. Espera-se, também, poder aferir junto aos assentados através de questionário e/ou entrevistas o desejo de deixarem o assentamento e a visão destes diante da escassez praticamente permanente de água.

Paralelamente, a pesquisa documental e bibliográfica se manterá vital para o andamento da pesquisa, colaborando para a análise do espaço agrário do semiárido concomitante com o agravamento da sua crise hídrica; além de contribuir para o aprofundando das linhas teóricas do trabalho: assentamento rural, contrarreforma agrária, evasão/expulsão de assentados.



RESULTADOS E CONCLUSÕES INICIAIS

Como anunciado, a pesquisa sem encontra em estágio inicial, porém, dados importantes já foram coletados. Os primeiros resultados tem apresentado uma forte deficiência em abastecimento e armazenamento de água, tanto de forma natural quanto mecânica.

Percebe-se que os reservatórios assoreados além dos poços desativados comprometem a captação natural da água. Os vários açudes, barreiros e poços se encontram em situação crítica, muitos já completamente secos. A forte estiagem nestes últimos anos tem agravado as condições de trabalho e permanência no assentamento o que tem, a princípio, confirmado a tese proposta.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

COSME, Claudemir Martins. **A expulsão dos camponeses assentados como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil: um estudo da evasão nos assentamentos rurais do Ceará.** Dissertação de mestrado. Disponível em <<http://www.ccen.ufpb.br/ppgg/contents/paginas/dissertacoes>> João Pessoa: 2015.

MOREIRA, E.R.F; IENO NETO; TARGINO, I. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no Semiárido paraibano.** Revista NERA (UNESP), v. Ano 15, p. 153-174, 2012.

MOREIRA, E.R.F; IENO NETO; TARGINO, I. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Núcleo de Estudos Sobre Reforma Agrária, Presidente Prudente, n.3, p. 45-57, 2000.